A EDUCAÇÃO E AS PERSPECTIVAS ACERCA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRABALHO CONJUNTO E A ESTRUTURAÇÃO DE ÍNDICES

FLAVIA SIQUEIRA CELESTINO GODINHO

RESUMO
Este documento tem como foco desenvolver as perspectivas acerca da interligação entre a realidade educacional brasileira e aquela da assistência social. As perspectivas referentes às instâncias socializadoras como família e escola são fundamentais para compreender os arranjos sociais que são tecidos em diversas sociedades. No caso de uma sociedade como a brasileira, com diversas perspectivas e diversidade cultural, as desigualdades estruturais também se manifestam de diversas formas, logo programas referentes à assistência social e à medidas garantidoras da cidadania são fundamentais. Levando em consideração que a sociedades atuais são estruturadas com base em relações de trabalho presentes no capitalismo, consideramos fundamental compreender o quanto o serviço social e a assistência social ´podem ser instrumentos de compreensão para a realidade do público atendido nas escolas públicas da realidade brasileira bem como dos suportes que podem ser efetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Assistência social; serviço social; políticas.

INTRODUÇÃO

Este documento tem como foco compreender a estruturação de trabalho entre as esferas educacionais e aquelas de assistência social e de serviço social. As políticas referentes à assistência social, ligadas à educação passaram por diversas fases ao longo da história da educação brasileira. Atualmente um argumento constante no que se refere à educação pública nacional é que a mesma se tornou “assistencialista” por conta de algumas políticas regionais, de matriz governamental e pública que são aplicadas em algumas redes de ensino pelo país.

Referindo-se a um passado recente, sobretudo aquele referente aos anos 1990 e 2000, muitas foram as ações regionais e nacionais em que as escolas foram locais de ações diretas de aplicação de propostas. Com a LDB do ano de 1996, as perspectivas eram aquelas ligadas à qualidade total. A qualidade total fora baseada em três pilares que devem ser atingidos de forma direta, quais sejam: a matrícula, a permanência e a formação (finalização dos ciclos).

Até o presente momento, a matrícula foi praticamente universalizada, mas ainda existem desafios. A respeito desses pontos também serão feitos apontamentos ao longo do artigo, realizando a intersecção entre as perspectivas educacionais e de assistência social.

Outro ponto que será observado é aquele que se refere às questões domésticas e aos arranjos familiares, e como esses pontos podem influenciar diretamente na permanência dos educandos e educandas nas unidades escolares, bem como na qualidade do processo formativo, uma vez que a escola se torna uma instituição garantidora de direitos mínimos em situações de atendimento a um público em situação de vulnerabilidade social.

Essas serão temáticas abordadas, demonstrando a intersecção entre as diferentes áreas diante dos painéis de políticas públicas brasileiras nos últimos anos.

PANORAMAS SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL

A educação brasileira sempre foi alvo de diversas discussões e debates em território nacional e internacional. Embora tenha uma legislação garantidora que é considerada exemplar em comparação a outros países, na prática a realidade vivida apresenta muitos desafios. Alguns desses desafios referem-se à universalização do acesso à educação básica, em seus pilares fundamentais. No Brasil, políticas de permanência escolar são interseccionadas com a interpretação do estatuto da criança e do adolescente e com políticas assistenciais às famílias e à juventude.

No que se refere à universalização na educação básica, o PNE (plano nacional da educação) coloca como ponto fundamental não

apenas as matrículas como também a qualidade de todo o processo educacional. Entretanto, ainda referindo –se às matriculas muito falta à ser feito diretamente. Conforme disponibilizado no portal INEP2 , com dados referentes ao censo escolar de 2016, ainda há uma projeção de não atendimento universalizados nas creches, há um índice que precisa ser aumentado no ensino fundamental e também precisa ser observada com acuidade as possibilidades de insucesso que são maiores entre os educandos e educandas d e escolas públicas.
Outro ponto a ser observado é o que se refere aos educandos e educandas matriculados e matriculadas no ensino integral. Embora haja um pequeno crescimento progressivo no número de educandos e educandas matriculados nessa modalidade, ainda não há o aumento expressivo que configurem a meta atingida. Isso representa não apenas as dificuldades em reestruturar os espaços escolares para um atendimento em qualidade universal como também questões sociais que ainda podem ser impeditivos para as matrículas e permanência na educação em tempo integral, sobretudo nas escolas públicas e no final do ensino fundamental e no ensino médio. A seguir, apresentaremos alguns dados:
Enquanto as matrículas no ensino médio regular subiram 0,7% de 2015 para 2016, cresceu o interesse pelo ensino médio integral, no qual as matrículas avançaram 8,6% no mesmo período. Entretanto, segue pequena a participação dessa modalidade de ensino na educação básica. O percentual de alunos do ensino médio em tempo integral passou de 5,9% em 2015 para 6,4% em 2016. A educação em tempo integral figura nas metas do PNE e o desafio proposto é atingir ao menos 50% dos alunos de toda a educação básica. Já as matrículas em tempo integral do ensino fundamental caíram 46% em 2016 e o percentual de alunos em tempo integral passou de 16,7% em 2015 para 9,1% em 2016.

As diferenças das taxas de aprovação entre séries no ensino fundamental e médio mantêm-se rígidas, afetando as taxas de distorção idade-série. A taxa de insucesso na 1ª série do Ensino Médio é a maior de todas na educação básica. Apesar dos alunos das redes pública e privada apresentarem um risco similar de insucesso no primeiro ano do ensino fundamental, nas séries subsequentes o risco na rede pública é consideravelmente superior.

No ensino fundamental há também diferenças expressivas entre as taxas de aprovação por série. É baixa a aprovação no 3º ano, etapa típica de um aluno de 8 anos. A alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental é outra meta do Plano Nacional de Educação. A elevação considerável da distorção idade série no 5º ano mostra que a trajetória dos alunos, já nos anos iniciais, é irregular. O PNE também dá destaque especial à trajetória regular dos estudantes ao propor que 95% dos alunos concluam o ensino fundamental na idade adequada.

Na faixa etária adequada à creche (até 3 anos de idade), o atendimento escolar é de 25,6%, indicando um substancial espaço para ampliação da oferta. O PNE propõe que o atendimento chegue a 50% dessa população, o que representa uma ampliação dos atuais 3,2 milhões para cerca de 6 milhões de matrículas. Para a pré-escola a meta é de universalização do atendimento escolar na faixa etária de 4 a 5 anos. Hoje, 84,3% dessa população é atendida.

Como pode ser observado a partir dos dados apresentados, muitos ainda são os desafios referentes à matricula universalizada de fato. Ainda faltam a atenção de índices a serem alcançados.
Conforme expressado nos índices, houve uma queda nas matrículas de ensino médio na modalidade integral, demonstrando que a meta de ensino integral tem passado por dificuldades em atingir as metas.
Esse ponto referente não apenas ao ensino integral como também ao número de ao menos noventa e cinco por cento dos educandos efetivamente matriculados e frequentes na educação básica também tem tido desafios em ser atingido.



Imagem 1: Evolução da taxa de frequência à escola por idade; População de 4 a 17 anos que não frequenta a escola. Fonte: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao _censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf.

Como se pode notar nos índices, o número de educandos e educandas frequentes à escola por idade tem aumentado, principalmente nas idades que são atendidas na educação infantil (creches e escolas de educação infantil), mas ainda estão aquém do número ideal de ao menos 50% dessa população matriculada e frequentes nessa idade. Ainda há um índice de 25, 8% da população que frequenta esse nível da educação básica, contido é necessário que se observe que muito desse índice não é atingido pela ausência de vagas para crianças de tal idade uma vez que ainda há um déficit, e que a maior parte dessas crianças é atendida pelas redes privadas até o presente momento o que também pode ser um condicionante para a dificuldade de acesso. Outro ponto que pode ser observado é que as crianças que tem idades correspondentes ao ensino fundamental I (entre 1° e 3°s anos), tem tido sua frequência aumentada nos últimos anos, comparado ao primeiro referencial datado do ano de 1997, se mantendo praticamente estável nas idades do ensino fundamental II e tendo um pequeno crescimento nas idades do ensino médio, sendo que no ano de 2015 não houve acréscimo de frequência na idade de 17 anos, correspondente ao 3° ano do ensino médio, demonstrando também uma queda nessa fase. Conforme abordado em citação dos dados do Inep, a frequência e os riscos de insucesso nessa fase ainda são grandes, sobretudo nas escolas públicas, demonstrando não apenas vulnerabilidades como também dificuldades para permanência nessa fase onde o mundo do trabalho se apresenta como uma necessidade premente de acordo com a realidade dos educandos.

Ainda segundo os dados apresentados, há uma população de 2,8 milhões de crianças e adolescentes que não frequenta a escola, sendo os maiores números entre as crianças que seriam atendidas pela educação infantil, quais sejam aquelas entre quatro e cinco anos e também no ensino médio, entre catorze e dezessete anos, sendo que aos dezessete o número de pessoas que não frequentam é ainda maior.

Esse número é alto quando observamos os discursos que desejam atingir as metas educacionais utilizando o PNE como parâmetro. Outros pontos a serem observados como elementos importantes se referem ao número de alunos matriculados e frequentes no ensino integral e também nas possibilidades de frequência ao ensino diante dos dispositivos que são apresentados ao longo da trajetória e do percurso escolar.

A seguir apresentamos mais dados:



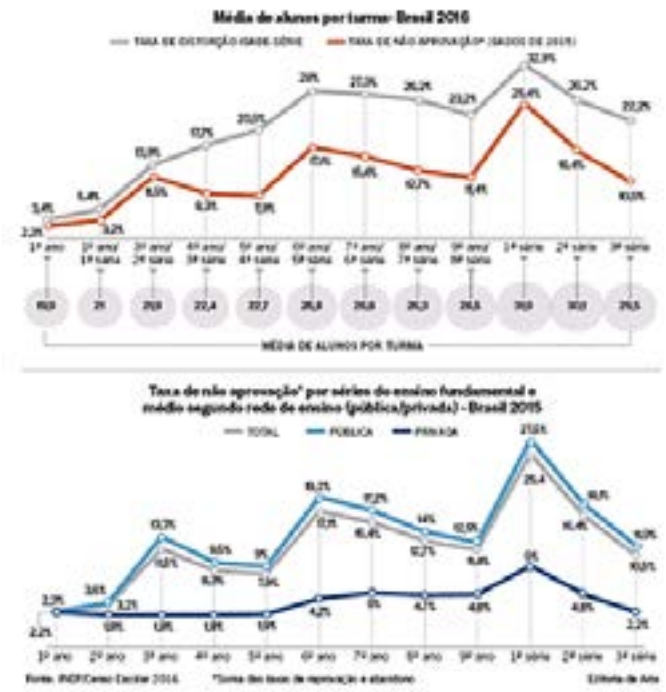


Imagem 2: índices e taxas. Retratos da educação no Brasil. Fonte: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2016-reforca-desafios-para-universalizacao-da-educacao-no-brasil/21206. Consultado em 20/12/2020.

A realidade da educação no Brasil é representada por meio de índices do censo escolar. Nos gráficos acima representados, há elementos para compreender: o ensino fundamental teve queda em número de matriculados e frequentes na modalidade do ensino integral, que requer um maior tempo dos educandos na escola. No que se refere ao ensino médio houve um ligeiro aumento, mas em comparação ao total de frequentes, ainda é um número baixo o que significa que a população contemplada por tal modalidade ainda é baixa e que a maior parte permanece na modalidade regular por turnos, apresentando uma queda na frequência na idade do último ano o que é um dado importante em ser estudado, uma vez que isso demonstra uma desistência no ensino médio.
Esses fatores incluem questões sociais. A evasão no ensino médio inclui diversas perspectivas. Conforme abordado em artigo da BBC:

De acordo com a Pnad Educação, 69,3% dos jovens de 15 a 17 anos (0,8 ponto percentual a mais que em 2017) estavam na situação correta de ensino no ano passado. Ou seja, estavam cursando a série adequada para sua idade, ou já haviam concluído o ensino médio.

Segundo Marina Águas, isso que significa que os demais 30,7% ou estavam atrasados - ainda cursando séries do ensino fundamental - ou já haviam evadido a escola. Apesar de o problema da evasão se concentrar nos anos finais do ensino básico, ele reflete problemas que vão se acumulando ao longo de toda a formação escolar.

"Se as crianças já estão atrasadas no ensino fundamental, quando chegam no ensino médio as chances de permanecerem defasadas e decidirem sair é muito maior", aponta a analista do IBGE.

Evasão escolar
O estudo Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens, publicado em 2017 pelo Instituto Ayrton Senna, Insper, Instituto Unibanco e Fundação Brava, estima que 2,8 milhões de pessoas de 15 a 17 anos abandonem a escola a cada ano.
A pesquisa descreve o problema como uma "tragédia silenciosa" que tem forte impacto para a trajetória individual desses jovens e para o país como um todo.

No ritmo atual de inclusão de jovens no ensino médio, o Brasil precisará de 200 anos para atingir a meta de universalizar o atendimento escolar para esse grupo, de acordo com o estudo, conduzido pelo economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, Ricardo Paes de Barros. De acordo com Laura Machado, especialista da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper, o percentual de jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio tem se mantido no mesmo patamar ao longo da última década, sem tendência expressiva de melhora.

A realidade da universalização do ensino médio ainda tem apresentado dificuldades. No ensino fundamental há um número expressivo de pessoas que estão matriculadas nos anos série corretos, contudo no ensino médio há distorção na idade/série, com cerca de

30,7% de educandos e educandas que estão com essa dificuldade, tendo a distorção ou já tendo evadido. Muitos institutos, segundo expresso na mesma matéria, colocam como possibilidade de transformar essa realidade, processos de adaptação curricular, por meio de escuta humanizada e compreensão da realidade nas diferentes comunidades uma vez que pesquisas anteriores demonstraram que muitos estudantes não consideram o ensino médio interessante para seus planos de vida e sua realidade.
Ainda segundo a reportagem:

De acordo com Gabriel Corrêa, do Todos pela Educação, alguns Estados brasileiros têm se destacado no combate à evasão escolar. Como exemplos, ele cita o Espírito Santo e Pernambuco, que ao longo dos últimos cinco anos consecutivos registrou a menor taxa de abandono escolar do Brasil na rede estadual de ensino médio (1,5% em 2018, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/ Inep, vinculado ao MEC). A melhora é relacionada a um programa de educação em tempo integral desenvolvido pelo MEC.

Corrêa considera que as mudanças curriculares do Novo Ensino Médio, aprovadas no ano passado, podem aumentar o engajamento dos alunos com a escola nessa fase da vida, potencialmente sanando um problema crítico para a evasão: o desinteresse dos alunos pela escola médio deixará de ter um currículo único e passará a ter pelo menos 40% da carga horária dedicada a um currículo "customizado" de acordo com os interesses do aluno - que poderá se aprofundar, por exemplo, em disciplinas de humanas ou de exatas, e incluir cadeiras de ensino técnico profissionalizante, já preparando os estudantes para o mercado de trabalho.

As mudanças ainda estão sendo discutidas pelas secretarias estaduais de ensino e devem começar a ser implementadas na rede de ensino médio a partir do ano que vem. "Se for bem implementado, estaremos indo em direção a sistemas educacionais mais avançados, e a expectativa é de aumentar o aprendizado e reduzir a evasão", afirma Corrêa.

A realidade segundo o especialista em educação citado na matéria, pode ser modificada a partir da observação das realidades locais assim como das adaptações curriculares, que possam integrar componentes por área de interesse e universo do trabalho. Contudo, tal fator deve ser articulado com políticas de governo e políticas públicas que prezem a compreensão da realidade dos educandos e educandas.
A busca ativa como linguagem foi indicada como fator a ser utilizado para transformação desse cenário. Assim como a escuta humanizada. A reportagem citou como exemplo o caso de um educando do ensino fundamental do Vale do Paraíba que estava tendendo à evasão escolar em decorrência das dificuldades em chegar à unidade escolar, e teve sua condição registrada na plataforma de busca ativa escolar, disponibilizada pela UNICEF, por meio de um agente de saúde, tendo o alerta sendo visto por uma professora responsável pelo programa em seu município, tendo ela realizado a busca no endereço do educando e observando e conversando a respeito de suas vulnerabilidades.
O educando em questão necessitava de uma vaga em uma escola mais próxima de sua residência, não apenas porque tinha que trabalhar para auxiliar na realidade doméstica como também precisa de um espaço que não impusesse dificuldades para o seu prosseguimento nos estudos. Tendo suas demandas atendidas, e sendo observada a realidade da família ele se manteve estudando, tendo sua realidade acompanhada, demonstrando a interseccional idade das áreas de saúde, assistência social e educação que coadunaram nesse objetivo.
Outro ponto disposto na imagem 2, com os gráficos expostos, demonstra também os índices de reprovação, também não são motivadores, uma vez que para muitos educandos e educandas a reprovação pode ser um fator motivador para desistência do progresso nos estudos. Os índices de reprovação são maiores nas redes públicas, sobretudo no 3° ano do ensino fundamental que deve ter educandos na idade de até

oito anos e no 2° ano do ensino médio. Que deve ter educandos entre quinze e dezesseis anos. Essa é uma questão que gera não somente a distorção ano /série mas que pode ser não apenas um fator não motivador como também acentuar a desigualdade social, uma vez que se a criança não está no ano-série adequado/a pode ter um atraso no seu processo educacional gerando impactos futuros, reconhecendo que a maior parte dos educandos no Brasil, sobretudo os da educação pública, estão em situação de vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade está presente, também, no que se refere às questões da unidade escolar como ponto de proteção social. As escolas são locais, que pela natureza de suas atividades que incluem os processos de ensino- aprendizagem, acolhida, entre outros elementos. Na educação, os instrumentos de ensino trazem informações que podem ser referenciais, para que práticas de violência não sejam naturalizadas. No que se refere à proteção social, a escola também é colocada como um local de proteção ás violências presentes em outras esferas socializadoras ou nas comunidades em que estão presentes como um todo, por isso as políticas necessitam ser interseccionais.
Segundo PAULA (2008):

A proteção social como aquele conjunto de ações consubstanciadas em políticas estatais que podem ou não ser complementadas por iniciativas de ordem privada e que objetivam proporcionar formas de equacionar (ainda que não estruturalmente) as distorções sociais causadas pelo modelo de acumulação capitalista. Ou seja, a proteção social consiste na ação coletiva de proteger os indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de linguagens e programas disponíveis.

A escola se torna uma garantidora de direitos humanos e de elementos de proteção social, de acordo com as perspectivas demonstradas. Ela é um lugar de fala e articulação da implementação efetiva de direitos humanos. É na escola que ocorrem processos formativos, em que os temas referentes à cultura e à legislação brasileira pela cidadania e Direitos humanos são abordados nos diferentes componentes curriculares. Falar sobre direitos humanos, direito à renda mínima, direito das pessoas com deficiência, integração social, direito das pessoas idosas, entre outros elementos também é responsabilidade da escola, inclusive em suas práticas cotidianas, sendo garantidora do exercício de diversos direitos. Logo, a garantia de matrícula, permanência e conclusão, são fundamentais para a realização de políticas efetivas de transformação social.

CONCLUSÃO

A educação na realidade brasileira passa por diversos desafios e dificuldades, não só no que se refere ˇ´as perspectivas estruturais como também nas práticas cotidianas. Educar no Brasil é um desafio. Muitos dos discursos acerca da educação não são diretamente praticados por conta das dificuldades que são impostas pela realidade de um país em desigualdade social estrutural que historicamente é fundamentada cotidianamente. A proteção social é garantida em detalhes diante de tantas dificuldades. A escola se torna espaço de debates e construções cotidianas, mas ainda não abarca a todos que poderia acolher por uma série de vulnerabilidades. A partir dessas observações e dos dados apresentados no presente artigo, pudemos discorrer do quanto ainda são necessários avanços para a qualidade universal e a proteção social efetiva.

REFERÊNCIAS

BBC, O desafio de manter jovens no ensino médio, principal obstáculo à universalização da educação. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48696313.
BRASIL, INEP: Censo educacional brasileiro. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao _censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf. Consultado em 20/12/2020.
PAULA, Renato Francisco dos Santos. As coisa e seu lugar: Diálogos sobre serviço social, direitos e outras conversas. São Paulo, Giz editorial, 2008.